

## A REFERÊNCIA NOS PROVÉRBIOS

Regina Rocha\*

**RESUMO:** A descrição enunciativa dos provérbios traz como ponto crucial a questão da referência: por constituírem enunciados genéricos e preconstruídos, os provérbios caracterizam-se pela não-referência, ou pelo menos por uma dubiedade referencial, que permite ao alocutário o jogo do dizer sem dizer, favorecendo seus objetivos ilocutórios.

**Palavras-chave:** enunciação, referência, provérbios.

O provérbio, bem como qualquer enunciado genérico, tem uma relação especial com a situação de enunciação (melhor seria dizer “situação de reenunciação” no caso dos enunciados citados): trata-se da não-referência a um ser específico presente numa situação específica, o que é essencial para todo enunciado que vise à generalidade.

Tomemos por exemplo os sintagmas nominais do tipo *artigo definido + substantivo*, cujo referente procuramos sempre no universo da enunciação, como

- a) Um homem telefonou / Un homme a téléphoné
- b) A porta está aberta / La porte est ouverte

Compreendemos nestes enunciados que a porta que está aberta e o homem que telefonou encontram-se no contexto da enunciação, onde são aliás os únicos de sua espécie. Mas vejamos os provérbios:

- a) *Un homme averti en vaut deux*  
Um homem prevenido vale por dois

---

(\*) Professora da Universidade de São Paulo.

b) *La porte ouverte tente le saint*  
*Porta aberta o justo peca*

Não encontraremos o referente específico e único de “homme/homem” e de “porte/porta” no contexto ou na situação de enunciação. Nesse caso, assim como em *O gato é um felino* ou *A água ferve a 100°*, somos obrigados a procurar o referente no universo do discurso (cf. Co Vet, 1985, p. 56).

Um provérbio como *Disputes de commères, secrets dévoilés (Brigam as comadres, descobrem-se as verdades)*, mesmo empregado em seu sentido literal, isto é, aplicado a comadres bem definidas, que se encontrem numa situação de enunciação específica, pertence ao universo do discurso na medida em que vale para todas as “comadres” virtuais, e leva o alocutário a uma inferência generalizante, do tipo “Brigas revelam segredos” Não se trata de um enunciado “perceível”, ou seja, engendrado numa e para uma única situação de enunciação. Basta compará-lo a “A porta está aberta”, que é um enunciado específico, referente a uma porta determinada, única de sua espécie no contexto, um enunciado desprovido de transcendência e portanto sem qualquer possibilidade de integrar o universo do discurso.

Isto ocorre também nos provérbios diretamente injuntivos, isto é, os que usam o imperativo e parecem assim dirigir-se diretamente ao alocutário, como

*Gouverne ta bouche selon ta bourse*

e nos que mencionam uma das pessoas do discurso, como

Quand le diable dit le pater noster, il veut te  
tromper

Quando o diabo reza, enganar-te quer

Ni mon grenier ni mon armoire ne se remplit à  
*babiller*

Da mesma forma que no caso citado anteriormente - *Disputes de commères, secrets dévoilés* - esses provérbios, mesmo endereçados a seres específicos em situações de enunciação únicas, também e sobretudo se referem a seres virtuais presentes no universo do discurso. E isso todos os falantes adultos de uma língua o sabem, porque são capazes de realizar uma inferência contendo um universal, como em *Ni mon grenier ni mon armoire ne se remplit à babiller*, do qual se infere que “conversas tolas são sempre improdutivas”

Por outro lado, a própria forma fixa do provérbio constitui fator importante para situá-lo no universo do discurso, projetando-o para fora do contexto da

enunciação. Isto é, o provérbio não é engendrado no contexto da enunciação, ele vem pronto, saído da competência lingüística dos falantes, do seu estoque de este-reótipos aceitos e memorizados. Segundo H. Meschonnic (1976, p.426), trata-se de um “hors-texte dans le texte” ou, segundo a expressão de P. Dahlet em conversa sobre o assunto, “un prêt-à-insérer”, ou ainda, citando as palavras de Diana Luz Pessoa, também durante uma conversa a respeito: “um discurso pronto que migra para outros discursos”

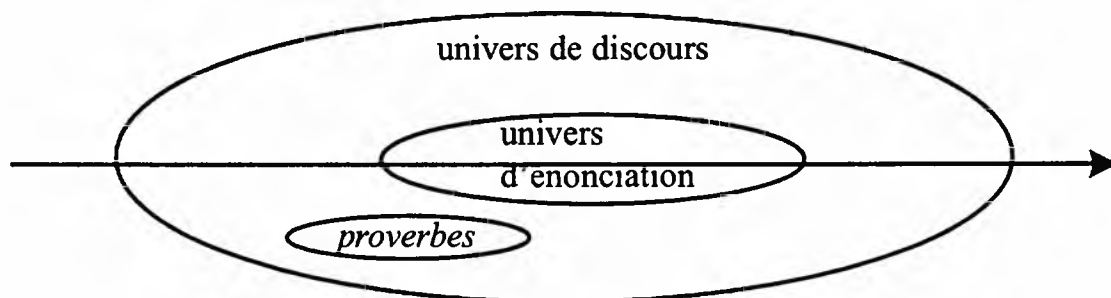
Vale assinalar contudo que apenas o falante adulto o sabe, por dominar perfeitamente o mecanismo e o emprego das fórmulas fixas. As crianças ainda não integraram os provérbios à sua competência enciclopédica, o que foi provado de maneira pitoresca pelo folclorista George Monteiro, citado por Enrich Duncan (1972, pp.60-1). No programa “Candid Camera” (CBS network TV) de 30 de janeiro de 1966, Monteiro fez uma experiência que depois incluiu em seu livro *Western Folklore* em 1968: para testar a idéia de que as crianças não têm familiaridade com os provérbios, propôs a jovens alunos da Brookside School de Baldwin, Long Island, uma série a completar. Duncan cita alguns exemplos do que resultou num jogo de humor:

1. *The pen is mightier than / the pencil*
2. *Two heads are / enough*
3. *A rolling stone / plays a guitar*
4. *To be or not to be / is bad*
5. *Early to bed and early to rise makes a man / tired*
6. *Spare the rod and / throw the reel*
7. *Half a loaf is better than / vegetables*
8. *You can't get blood out of a / sick duck*
9. *Fools rush in where / people are crowded*
10. *Ask me no question and I'll tell you / the answers*
11. *A bird in the hand is / warm*
12. *Early to bed and early to rise makes a man / not watch TV*<sup>(1)</sup>

---

(1) Estes são os provérbios não identificados no caso: 1. *The pen is mightier than the sword* (A pena é mais poderosa que a espada) 2. *Two heads are better than one* (Duas cabeças são melhores do que uma) 3. *A rolling stone gathers no moss* (Pedra que rola não cria limo) 4. *To be or not to be: that is the question* (Ser ou não ser: eis a questão) 5. *Early to bed and early to rise makes a man healthy, happy and wise* (Dormir cedo e acordar cedo faz o homem saudável, feliz e sábio) 6. *Spare the rod and spoil the child* (Guarde a vara e estrague a criança) 7. *Half a loaf is better than no bread* (Meio pão é melhor que nada) 8. *You can't get blood out of a stone* (Não se pode tirar sangue de pedra) 9. *Fools rush in where angels fear to tread* (Os tolos se precipitam onde os anjos temem pisar) 10. *Ask me no question and I'll tell you no lies* (Não faça pergunta e não lhe direi mentiras) 11. *A bird in the hand is worth two in the bush* (Um pássaro na mão vale por dois no arbusto) 12. v. nº 5. (cf. M. Steinberg, 1985).

Esta experiência comprova a afirmação anterior: por constituírem fórmulas fixas, os provérbios não são produzidos na instância da enunciação, ou seja, eles não se situam no universo da enunciação, mas no do discurso. Para melhor mostrá-lo, tomamos emprestada a figura de Co Vet (1985, p. 49), com a liberdade de nela inserir os provérbios:



A relação complexa dos provérbios com a enunciação, isto é, o fato de eles não se referirem ou referirem-se de forma ambígua aos seres presentes no contexto da enunciação, pode ser bem compreendida à luz dos três axiomas da referência segundo Searle (1981, capítulo 4.2.).

1) O primeiro é o *axioma da existência*, segundo o qual tudo o que é referido tem que existir - atemporalmente existiu, existe ou existirá (p.103). Ora, os provérbios não parecem contrariar esse axioma enquanto ele postula uma existência atemporal *stricto sensu*, pois é claro que os seres aos quais se referem têm uma existência. A questão é que tal existência não se coloca no nível do universo da enunciação, que parece estar na base deste axioma, mas no nível do universo do discurso.

2) O segundo é o *axioma da identidade*: “Se um predicado é verdadeiro para um objeto, ele é verdadeiro para qualquer coisa idêntica a esse objeto, independentemente das expressões que são usadas para referir esse objeto” (p.103). E não parece haver conflito entre os provérbios e esse axioma, ao contrário: as asserções feitas pelos provérbios a respeito de tal ou tais seres pretendem ser e permanecer atemporalmente válidas para todos os demais seres idênticos àqueles.

3) O terceiro é o *axioma da identificação*, que afirma que “se um falante faz referência a um objeto, é porque o identifica ou é capaz, se lhe for pedido, de *identificar esse objeto* para o interlocutor, *excluindo todos os outros objetos*” (p.107). Ora, o provérbio, na medida em que reivindica total generalidade, contraria esse axioma, que trata justamente da especificidade a mais rigorosa.

Como dizíamos há pouco, o fato de um provérbio ser aplicado numa situação específica a um ser específico não o limita a estes ser e situação (aliás, trata-se sempre de uma aplicação que se escamoteia, por apoiar-se no subentendido). Mes-

mo que se use um pronome pessoal como em “Não façam a outrem o que não queres que *te* façam”, não se poderia querer, ao indicar ou sugerir um *tu* específico, excluir todos os outros (como no enunciado de tipo rigorosamente específico “Não feches (tu) a janela”), isto é, o objeto da referência desse provérbio é amplo, englobando o *tu* específico de uma enunciação particular juntamente com todos os “tus” virtuais de todas as possíveis situações em que couber a reenunciação do provérbio. Trata-se do que Culioli denomina *operação de percurso*, que “consiste em percorrer todos os valores possíveis de um domínio sem poder se fixar em um valor específico”, e que, “ligada a outras operações relacionadas ao domínio da determinação e da quantificação, permite dar conta, numa dada língua, das noções de indefinido, totalização, distributividade e genérico”, segundo as palavras de Ali Bouacha (1984, p. 95), o qual cita como exemplos:

- a) Cada proprietário de um telefone recebe gratuitamente uma lista.
- b) Todo trabalho merece paga<sup>2</sup>
- c) Qualquer mecânico fará o conserto.
- d) Todos os aviões têm asas.
- e) Os professores têm reputação de serem distraídos.
- f) O leão só ataca o homem quando se crê ameaçado.” (*idem, ibidem*)

Dentre esses enunciados apenas *b*) é provérbio, mas todos têm em comum a falta de especificidade.

Ilustrando ainda a oposição *genérico/específico*, se numa situação de discurso o emissor quiser, por exemplo, criticar o receptor por promover o diz-que-disse no grupo de trabalho ou amizade de que ambos fazem parte, o primeiro poderá dizer ao segundo “Você é muito dado(a) a fofocas” ou “Você precisa parar com esse leva-e-traz” Nesse caso ambos os enunciados são específicos, particulares, criados numa e para uma única situação, e esse receptor específico é o único e inquestionável alvo, isto é, o pronome pessoal “você” constitui aqui uma expressão referencial definida cumprindo à risca o seu papel na referência. Por outras palavras, nesta situação o falante identifica o objeto da referência, excluindo todos os demais objetos, ou seja, ele comunica um fato que é verdadeiro em relação a *um e apenas um objeto*, o que significa obedecer à risca o terceiro axioma, o da identificação.

Ora, se nesta mesma situação de discurso o emissor usasse para criticar o receptor um provérbio como *L'écoutant fait le médisant* ou *Língua do maldizente*

---

(2) Equivalente literal em português do provérbio *Toute peine mérite salaire*, que também corresponde a formas mais populares: *Quem trabalha de graça é relógio, Quem canta de graça é galinha sem alpiste não canta...*

*e ouvido do que ouve são irmãos*, tudo se alteraria, na medida em que o emissor estaria apenas citando e não criando um enunciado, e o objeto da referência ficaria subentendido e ambíguo. Dentro de sua generalidade ampla, esse provérbio engloba *todo* “*écoutant*” ou “*médisant*”, sem se referir a nenhum em particular, o que aliás permite ao receptor fazer-se de desentendido. Em suma, enquanto o enunciado “*Você é muito dado(a) a fofocas*” permite a resposta clara e rápida à pergunta “*Quem?*”, o provérbio não faz o mesmo.

Segundo Searle (1981, p.110), “para que um locutor realize uma referência definida completa no enunciado de uma expressão, as condições necessárias são as seguintes:

1. Deve existir um e um único objeto ao qual o enunciado da expressão do locutor se aplique (...);
2. Ao receptor devem ser dados meios suficientes para que ele identifique o objeto a partir do enunciado da expressão do locutor.”

Ora, os provérbios, como o exemplo acima o mostra, não satisfazem adequadamente a nenhuma dessas duas condições. Por não permitirem resposta não-ambígua às perguntas *Quem?*, *O quê?*, *Qual?*, os provérbios impedem a referência definida totalmente consumada, pois para tanto as respostas a essas perguntas deveriam poder levar a apresentações demonstrativas do objeto (por exemplo, *aquele ali*), ou a descrições demonstrativas como *a moça de azul que está perto da janela* ou *a moça que encontramos hoje de manhã*. Searle chama *descrição identificadora* a qualquer expressão desse tipo.

A esse respeito aliás, Ducrot (1972, p. 222) afirma que “o emprego das descrições definidas para a designação é totalmente secundário - e quase ocasional - ao passo que elas comportam de modo quase constante indicações existenciais”; e acrescentaríamos que no caso dos provérbios trata-se de uma existência em termos de universo do discurso, e não da enunciação.

Ducrot acrescenta que a seu ver “o emprego designativo só é característico dos nomes próprios e dos demonstrativos” Ora, os nomes próprios nunca aparecem com seu sentido específico nos provérbios: eventuais ocorrências vêm com sentido metafórico, despojadas de seu papel designativo de especificidade e unicidade, como *Morra Marta, morra farta, Qui aime Bertrand aime son chien...* Searle, que ao contrário de Ducrot valoriza as descrições definidas para a referência, afirma que a representação lingüística do objeto da referência deverá apresentá-lo sob um *aspecto determinado*, o que é incompatível com os enunciados genéricos e portanto com os provérbios.

Em *Sens et Expression* (1981, p.189), Searle dá mais uma contribuição no sentido de aclarar a questão da referência. No seu capítulo 6, “O referencial e o atributivo”, partindo de conceitos de Donnellan, afirma:

“Suponhamos que descobrimos o corpo ensangüentado de Dupont, assassinado por um desconhecido. Poderíamos dizer: *O assassino de Dupont é louco*, designando por *o assassino de Dupont* não um indivíduo particular, mas aquele, quem quer que ele seja, que assassinou Dupont. Esse é o emprego atributivo. Mas suponhamos agora que estejamos no tribunal onde se julga Durand pelo assassinato de Dupont; observando seu comportamento bizarro, poderíamos dizer: *O assassino de Dupont é louco*, designando por *o assassino de Dupont* o homem que está sentado no banco dos réus e que se comporta de modo estranho, Durand. Nesse caso, não é aquele, quem quer que seja, que assassinou Dupont, que é louco; mas um homem em particular, aquele que temos diante de nós. Este é o emprego referencial” (grifos nossos).

Portanto, no emprego referencial o locutor visa um *alvo determinado*, ao passo que no caso atributivo visa um *alvo qualquer*, ou seja, não seleciona, não identifica, não determina o objeto. Ora, se fazer referência a um objeto significa selecioná-lo, identificá-lo, determiná-lo, não se pode afirmar que o provérbio faça referência. Então o provérbio é por natureza atributivo, o que aliás é reforçado por um argumento de ordem sintática fornecido por Searle: os empregos atributivos autorizam a inserção de orações do tipo “*quel qu’il soit*” ou “*quoi que ce soit*” (seja qual for, o que quer que seja), como “*Le meurtrier de Dupont, quel qu’il soit, est fou*” (O assassino de Dupont, quem quer que ele seja, é louco).

Da mesma forma, qualquer provérbio admitirá tais inserções:

(Qui que ce soit) *Qui m’aime, aime mon chien;*  
(Qui que tu sois) *Ne fais pas à autrui* (qui qu’il  
soit) *ce que tu ne voudrais pas qu’on te fit;*  
*Mulher formosa* (seja ela qual for), *doida ou presunçosa.*

Aliás faz parte de sua natureza a característica de levar o alocutário a inferências desse tipo, assim como aos universais *sempre, nunca, todo, nenhum*, etc.

Por exemplo, no decorrer de uma reunião de professores de francês da qual participávamos, era necessário tomar uma decisão coletiva e o coordenador, ao pedir a opinião de cada participante, notou a ausência de um ou dois colegas; preocupado com o andamento rápido da votação, alguém retrucou: “*Les absents ont tort!*” E o sentido era, como sempre é, “*Les absents, quels qu’ils soient, ont toujours tort*”, embora naquela situação precisa se tratasse dos ausentes X e Y, a que o locutor não queria referir-se diretamente.

Um outro exemplo, colhido na imprensa brasileira (*Folha de São Paulo*, 05/12/1990), ilustra bem a natureza atributiva do provérbio. Trata-se de uma notícia sobre a visita de uma comissão de especialistas alemães em criminologia e

violência ao 43º Distrito Policial de São Paulo. Um advogado brasileiro que participara do evento relata ao jornalista a opinião dos especialistas: “Eles me disseram que as condições dos presídios e cadeias que viram por aqui, com muita bondade na crítica, não ultrapassam aquelas da Europa do século 19” Mas, quando a imprensa pede a opinião de um deles, não obtém uma resposta explícita:

“Na hora de dar seu parecer, Edwin Kube preferiu o silêncio. “Fomos bem atendidos, houve abertura para vermos tudo, desde a Febem até a Casa de Detenção. Não vou comentar nada. Sigo o ditado alemão segundo o qual *cada um varre a sujeira de sua própria porta*”

A citação do provérbio, que por sua natureza de enunciado genérico não se refere a esta situação determinada (embora seja aplicável a ela), resulta num estratagemma em que o locutor se furta a fazer um comentário sem contudo deixar de fazê-lo, pois deixando falar o provérbio ele se faz falar pelo código.

Ao citar *Cada um (quem quer que seja) varre a sujeira de sua própria porta*, o especialista menciona indiretamente a situação calamitosa (“sujeira”) do sistema penitenciário no Brasil. Mas em sua delicada situação de visitante estrangeiro, prefere evitar chocar os brasileiros, emitindo seu julgamento de modo velado, e se sai muito bem ao usar como escudo um provérbio, que, por sua natureza de verdade geral, não refere nem fere (pelo menos não explicitamente).

Ao empregar um provérbio em discurso, o locutor tem sempre a intenção de atingir um alvo preciso. Contudo, a natureza genérica, atributiva, do provérbio dá origem a uma *dubiedade* em termos de referência a alvos específicos, o que é aliás vantajoso para ambos os parceiros do ato de fala, já que permite ao alocutário todo o jogo do “dizer e não dizer” (para lembrar Ducrot), e também do ouvir sem escutar ou receber sem receber, da parte do alocutário.

## BIBLIOGRAFIA

- ALI BOUACHA, A. - *Le Discours Universitaire*, Peter Lang, Berna, 1984.  
CO VET - “Univers de discours e univers d’énonciation: les temps du passé et du futur”, in *Langue Française* 67, Larousse, Paris, 1985, pp. 38-58.  
DUCROT, O. - *Dire et ne pas Dire*, Hermann, Paris, 1972.  
DUNCAN, E. - “Proverbs and proverbial speech”, in *Folklore on the American Land*, Little, Brown and Comp., Boston/Toronto, 1972, pp. 60-89.  
MESCHONNIC, H. - “Les proverbes, actes de discours” in *Revue des Sciences Humaines*, tome XL 1, n. 163, Université de Lille III, 1976, pp. 419-430.  
SEARLE, J. R. - *Os Atos de Fala*, Livraria Almedina, Coimbra, 1981.  
SEARLE, J. R. - *Sens et Expression (études de théorie des actes du langage)*, Minit, Paris, 1982.



STEINBERG, M. - *1001 Provérbios em Contraste*, Ed. Ática, São Paulo, 1985.

**ABSTRACT:** A crucial point in the study of proverbs' utterance has to do with the problem of reference: since a proverb is both generic and ready-made, it implies non-reference. This inables its user to employ its allocutary nature for his or hers illocutionary aims.